

Transexualidade masculina na educação: o estado da arte da produção teórica brasileira

Samuel Moreira de Araújo¹
Neil Franco Pereira de Almeida²

Male transsexuality in education: the state of the art of Brazilian theoretical production

Transexualidad masculina en la educación: el estado del arte de la producción teórica brasileña

Resumo

A presente pesquisa debruçou-se sobre a temática da transexualidade masculina na educação, tendo em vista sua invisibilidade, como discutem diversos/as autores/as. Por meio de um estudo bibliográfico, orientado teoricamente pelas teorias pós-críticas realizamos um estado da arte com recorte temporal até o ano de 2019. Os resultados mostram a escassa produção sobre a temática: muitas das pesquisas se relacionam ao contexto das travestilidades e transexualidade feminina, não evidenciando as experiências dos sujeitos transmasculinos como protagonistas de suas histórias escolares. Conclui-se que são necessários mais estudos sobre a temática e outras interseccionalidades, além de maiores esforços em pesquisas nas regiões Norte e Nordeste, onde não foram encontradas publicações.

Palavras-chave: *Homem trans; Transmasculinidades; Educação; Estado da arte.*

1 Docente na Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Pesquisador no Grupo e Estudos e Pesquisa Corpo, Culturas e Diferença e do Grupo de Estudos em Ginástica da Bahia; mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: samuca_faefid@yahoo.com.br

2 Docente na Faculdade de Educação Física e Desportos e no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Juiz de Fora. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Corpo, Culturas e Diferença; doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: neilfranco010@hotmail.com

Abstract

The present research focused on the theme of male transsexuality and education in view of the invisibility of this theme, as discussed by several authors. Through a bibliographic study, theoretically guided by post-critical theories, we carried out a state of the art with a time frame until the year 2019. The results show us the scarce production on the theme and, in many cases, they bring research related to transmasculinities and education linked to the context of transvestites and female transsexuality, not showing the experiences of transmasculine subjects as the protagonists of their school stories. It is concluded that more studies are needed on the subject and other intersectionalities, in addition to greater efforts in research in the North and Northeast regions, places where no publications were found.

Keywords: *Trans Man; Transmasculinities; Education; State of Art.*

Resumen

La presente investigación se centró en el tema de la transexualidad masculina y la educación en vista de la invisibilidad de este tema, discutida por varios autores/as. A través de un estudio bibliográfico, guiado teóricamente por teorías poscríticas, realizamos un estado del arte con un marco temporal hasta el año 2019. Los resultados nos muestran la escasa producción del tema y, en muchos casos, traen investigaciones relacionadas con transmasculinidades y educación vinculadas al contexto de las travestilidades y la transexualidad femenina, no mostrando las vivencias de los sujetos transmasculinos como protagonistas de sus relatos escolares. Se concluye que son necesarios más estudios sobre el tema y otras interseccionalidades, además de mayores esfuerzos en investigación en las regiones Norte y Nordeste, lugares donde no se encontraron publicaciones.

Palabras clave: *Hombre trans; Transmasculinidades; Educación; Estado del arte.*

Introdução

Não se pode falar em transexualidade sem pensar no modo como as identidades sexuais e de gênero se ampliaram ao longo dos anos. Michel Foucault (2019), em uma perspectiva histórica, reflete sobre o tratamento repressivo da sexualidade e a regulação do sexo, por meio de discursos públicos e de grandes pressões da Igreja na Idade Média, dando destaque à necessidade de vigiar, punir e policiar o corpo afirmada em teses regulatórias e articuladas. Nesse sentido, duas instâncias sociais exerceram, historicamente, o seu poder de maneira sistemática: a Igreja controlando o corpo, amparada pelo viés da moralidade, e a Medicina que, por intermédio da psiquiatria, exerceu seu domínio controlando as perversões sexuais (FOUCAULT, 2019).

Já no século XX, entre os anos 1970 e 1980, a terceira onda do movimento feminista ganhou força, fazendo emergir temas que antes não eram debatidos³. Na esteira desse movimento, a escola iniciou, na contemporaneidade, um debate sobre diversidade, uma vez que esse espaço se firmou como lócus regulatório das normas hegemônicas da sexualidade e do gênero. O surto de AIDS no Brasil, nos finais dos anos 1980, fez com que, em 1996, o Ministério da Educação (MEC) repensasse o currículo e o sistema escolar, a fim de contemplar essas questões ligadas à sexualidade, à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e às relações de gênero transversalmente, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997).

Para além dessa perspectiva e focando no reconhecimento e respeito às diferenças, a primeira década dos anos 2000 traz à tona os obstáculos enfrentados por pessoas *trans*⁴ – confinadas histórica, social e culturalmente ao universo da marginalidade. No final da década de 2010, quando o movimento de transexuais femininas e travestis adquiriu visibilidade, a

3 Para maiores informações consultar Adriana Piscitelli (2002); Margareth Rago (2004); Guacira Louro (2014).

4 Por pessoas *trans* englobamos as pessoas que se identificam como travestis, além das pessoas transexuais masculinos e transexuais femininas.

escola passou a ser identificada como um lugar de pertencimento para essa população (FRANCO; CICILLINI, 2016).

Em meados do século XX, foram publicados estudos que propuseram termos para nomear transexuais psíquicos, para se referir a travestis fetichistas e direcionar outras características consideradas como exclusivas de transexuais (CASTEL, 2001). Berenice Bento (2017a) identificou cronologicamente uma série de instituições médicas estrangeiras dedicadas aos estudos da transexualidade, apontando como essas instituições influenciaram na criação do termo gênero, como o conhecemos hoje, e no tratamento da transexualidade.

Para Bento (2014), a transexualidade é uma experiência identitária, um conflito com as normatizações de feminino e masculino, não podendo ser reduzida a uma questão meramente sexual, como é compreendida pelas ciências médicas, psi e pela sociedade, ao defini-la como inerente às pessoas que demandam cirurgia de mudança de sexo e de identidade civil. Já o termo transgênero, segundo Marcio Caetano (2011), foi criado a fim de designar pessoas heterossexuais do gênero masculino que se travestiam de mulher (atualmente nomeados *crossdresser*), mas não realizavam alterações de forma definitiva no corpo. Mais tarde, o termo passou a abrigar todas as pessoas que fugiam dos estereótipos normativos, como travestis, transexuais, gays afeminados e outros/as. As pessoas transexuais seriam aquelas que se identificam com o gênero oposto ao que lhes foi designado ao nascer e, não obrigatoriamente, almejam a cirurgia de redesignação sexual como única forma dessa adequação corporal (BENTO, 2014, 2017a)⁵.

Essas discussões desencadearam novos olhares para as demais categorias sociológicas, seus vínculos com a construção das identidades de gênero inter-relacionalmente e a forma como isso iria interferir nas subjetividades

⁵ Considerando a profundidade exigida para o tratamento dessas questões e o amplo debate já realizado por autores como Leite Junior (2008), Pelúcio (2007) e Franco (2014; 2019), não nos deteremos na discussão desses aspectos teóricos.

daqueles corpos. Dessa forma, entendemos gênero de uma forma ampliada, acentuando as representações de homens e mulheres, bem como suas diferenças em diversas sociedades, classe social, geração, raças e etnias, *corporalidades não hegemônicas* e momentos históricos, além de tratarmos os processos de disputas e de ressignificação do que é ser mulher, homem, ambos ou nenhum deles, portanto:

Neste movimento, o gênero se aproxima de um processo de encontros, (re)encontros e, se necessário, afrontamentos dos significados sociais e culturais elaborados ao longo da história definidores dos universos possíveis à construção do masculino e do feminino. Pensar em devires de masculinidades e/ou de feminilidades seria outra possibilidade, ou, ainda, composições de vivências sociais nas quais, impulsionado pelo desejo, o sujeito se aproxime da melhor forma de se reconhecer e ser reconhecido como homem, mulher, ambos ou nenhum deles. (FRANCO, 2019, p. 11)

Diante disso, nota-se que a conceituação de gênero sofreu, ao longo do tempo, um distanciamento em relação a uma afirmação do corpo como entidade biológica única e imutável, para se aproximar de uma teorização do corpo como um construto mais amplo. Distanciamento esse que levou a enxergar o sujeito sócio-linguístico-cultural na sociedade, submetido a diversas particularidades e produto das relações de poder e saber, como também de outras estratégias sutis que precisariam ser problematizadas e reconhecidas (MEYER, 2013).

Estabelecendo uma relação ampliada com as normas de gênero na sociedade, Bento (2014) define que a transexualidade é uma experiência identitária, um conflito com as normatizações de feminino e masculino, as quais não podem ser reduzidas a uma questão meramente sexual, como é compreendida pelas ciências médicas e pela sociedade, ao defini-la como inerente a pessoas que demandam cirurgia de redesignação sexual e de identidade civil.

Pensando nessa teorização e aproximando a discussão da transexualidade masculina, Guilherme Almeida (2012) chama atenção para a restrita visibilidade social e conceitual dos homens trans, transhomem, homem transexual, *transman* ou FTM (do inglês *Female To Male*, “de feminino para masculino”), ou à transexualidade masculina, no Brasil⁶. Devido a essa invisibilidade das identidades de homens trans, tanto nos ambientes de trabalho quanto no espaço escolar, para a maioria da sociedade, esse tipo de transição parece não legítima e, portanto, ignorada.

Acreditamos que essa negação se dá pela construção e creditação de um viés biologicista do corpo, segundo o qual alguns sujeitos desconhecem a vivência dessa nova forma de masculinidade com uma vagina, sem pênis e com a possibilidade de homens engravidarem. Bento (2008) propõe a reflexão sobre outras configurações também possíveis como: ser homem, ter pênis e performance feminina; ser homem, não ter pênis e ter performance masculina; não ser homem (ser mulher trans e/ou ser travesti), ter pênis e performance feminina etc. Nessa perspectiva, considerando os diversos espaços sociais em que as identidades de gênero se constituem e habitam, o contexto escolar é nosso foco. Objetivamos entender como a transexualidade masculina nele se insere, pela via da investigação sobre a produção científica acerca do tema.

Delineamento metodológico da pesquisa

De acordo com Marluce Paraiso e Dagmar Meyer (2012), o fazer metodológico se compreende como certo modo de formular questões e problemas que, ligados ao campo teórico, direcionem e promovam a produção de conhecimento. Assim, temos como pergunta central: como a transexualidade masculina é vislumbrada na produção científica na área de educação? Para tal reflexão, optamos por uma abordagem qualitativa de pesquisa por ser:

⁶ Ressaltamos que, para nos referirmos à experiência da transexualidade masculina, adotaremos nomenclaturas como homens trans, homens transexuais ou transexualidade masculina.

[...] uma atividade situada, composta por práticas teóricas, materiais e interpretativas que localiza o/a observador/a no mundo, assim oferece visibilidade a esse mundo. Investiga-se a vida social tentando entender e interpretar os significados que as pessoas atribuem aos fenômenos sociais. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 20)

Na perspectiva dos estudos bibliográficos, realizamos um estado da arte (FERREIRA, 2002), com o intuito de mapear a produção científica sobre transexualidade masculina na educação, pois, conforme apontado por Franco (2014; 2019) e Nayara Salvador (2019), existe uma carência de estudos científicos que se debruçam sobre a vida educacional de homens trans.

Realizamos a pesquisa por meio da busca em plataformas de pesquisa, periódicos científicos e anais de eventos, o que resultou na identificação de 15 estudos com enfoque específico em transexualidade masculina e suas relações com a educação. Definimos como recorte final da pesquisa o ano de 2019; não tendo sido definido um recorte temporal inicial nas buscas, pois nosso intuito era mapear o maior número de publicações sobre a temática.

O levantamento foi realizado em bancos de dados de pesquisas acadêmicas: SciELO, Google Acadêmico e Capes. Dentro desse universo de pesquisa, refinando nossa busca, utilizamos os descritores: homem-trans e educação; masculinidades trans e educação; trans-homem e educação; transmasculinidades e educação; transhomem e escola; transhomem e ensino superior; transhomem e graduação; e experiências escolares de homens trans.

Essa busca inicial levou a 14 publicações sobre o tema, sendo: sete dissertações, dois artigos, dois trabalhos de conclusão de curso (TCC), um capítulo de livro, uma tese e um trabalho completo em anais de evento. Após esse resultado inicial, foram examinados periódicos e anais de eventos voltados para a temática gênero e sexualidade. Quanto aos periódicos, foram investigados: *Cadernos Pagu* (PAGU), *Revista Estudos Feministas* (REF), *Revista Periodicus* (RP), *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura* (RABEH), *Revista Diversidade e Educação* (RDE) e *Revista Brasileira de Educação* (RBRED).

Para essa análise, verificamos todas as edições disponibilizadas on-line por essas revistas e contabilizamos os trabalhos que tinham como enfoque a transgeneridade e a transexualidade masculina no contexto não escolar (NE) e escolar (E), conforme o quadro 1:

Quadro 1 – Pesquisa nos periódicos.

Periódico	Ano	Instituição	Edições	Homens trans	
				NE	E
Contexto	-	-	-	NE	E
REF	1992	UFSC	73	01	-
PAGU	1993	UNICAMP	54	02	-
RBRED	1995	ANPED/RJ	73	-	-
RDE	2013	FURG	15	-	-
RP	2014	UFBA	13	03	-
RABEH	2018	UFMT	8	-	-
Total	-	-	236	06	0

Fonte: Elaborado pelos autores.

O levantamento nos periódicos retornou um total de 52 artigos, englobando as transexualidades e travestilidades abordadas de maneira mais ampla, sendo apenas seis com enfoque específico na transexualidade masculina em contexto não escolar e nenhum trabalho em contexto escolar. O estudo de Isabel Wittmann (2016) apresenta o grau de escolaridade dos homens trans investigados, mas não se debruça sobre a temática educacional.

Foram examinados os seguintes eventos de grande destaque no cenário nacional e internacional, que contemplam discussões relativas aos estudos de gênero e sexualidades, enfocando o contexto escolar: Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Seminário Internacional Desfazendo Gênero (DG) e Seminário Internacional Fazendo Gênero (FG).

A reunião da ANPED acontece a cada dois anos de forma descentralizada nas várias regiões do país. A pertinência do estudo desse evento se deve à criação, em 2004, de um Grupo de Trabalho (GT-23), que enfatiza as questões de gênero e sexualidade no contexto escolar. Analisamos 196 trabalhos que compreendem as 12 edições realizadas entre 2004 e 2019. Desse total, apenas 11 enfocam o contexto escolar das transexualidades femininas e das travestilidades. Não encontramos trabalhos que discutissem o contexto da transexualidade masculina no âmbito escolar.

O Seminário Desfazendo Gênero (DG) acontece a cada dois anos, contando com quatro edições entre 2013 e 2019. O exame dos anais permitiu mapear 1.737 trabalhos, dos quais 17 abordam as transmasculinidades e apenas um se volta para o estudo das transmasculinidades na educação, contudo, com ênfase na dimensão não formal, em Centro de Referência de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (CR LGBT).

O Seminário Internacional Fazendo Gênero (FG), realizado a cada dois anos na Universidade Federal de Santa Catarina, teve sua primeira edição em 1994 e, em 2017, estava na 11ª edição. O levantamento possibilitou encontrar um total de 5.582 publicações, das quais 20 sobre o tema das transmasculinidades e dessas apenas duas acerca da identidade de gênero no contexto escolar.

Visando refinar o material de pesquisa, realizamos a leitura dos títulos e resumos dos trabalhos, buscando identificar pesquisas que se aproximassem da temática investigada. Em seguida, foi realizada a leitura atenta dos trabalhos selecionados na primeira etapa da pesquisa, que apresentaram relação com a temática, resultando nos dados apresentados no quadro 2.

Quadro 2 – Pesquisa nos anais de eventos.

Evento	Edições	Total de publicações	Instituição	Homens trans	
				NE	E
Contexto	-	-	-	NE	E
FG	11	5582	UFSC	08	02
DG	4	1757	BRASIL	12	-
ANPED	12	188	ANPED/RJ	0	-
Total	-	-	-	20	02

Fonte: Elaborado pelos autores.

Partindo da busca nessas distintas fontes, 15 publicações integram nossa amostra, conforme se pode observar no quadro 3.

Quadro 3 – Tipos de trabalhos acadêmicos.

Tipo	Total
Dissertação	07
Artigo	02
TCC	02
Trabalho completo em anais de eventos	02
Capítulo de livro	01
Tese	01
Total	15

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em seguida, descreve-se e problematiza-se o material levantado à luz das teorias pós-críticas, evidenciando as vertentes investigativas, campos teóricos predominantes; identificando as regiões em que essas investigações estão sendo produzidas; e, por fim, buscando indícios de relações cronológicas na produção sobre transmasculinidades na educação, relacionada a outras dimensões sociais em que essa identidade de gênero tem assumido visibilidade no cenário brasileiro.

Experiências escolares transmasculinas

As 15 publicações encontradas permitiram delimitar o recorte temporal da pesquisa entre 2010 e 2019. As descrições e discussões foram organizadas com base nos níveis de ensino examinados em cada estudo: educação básica, educação básica ao ensino superior, ensino superior e docência (quadro 4).

Quadro 4 – Publicações por nível de ensino e docência.

Nível de ensino e docência	Referências	Total de publicações
Educação básica	Santos (2010); Neves (2016); Zanette (2016); Pamplona (2017); Salvador (2019)	05
Educação básica ao ensino superior	Polak (2016)	01
Ensino superior	Silva (2017); Scote (2017); Correa e Grossi (2017); Santos e Ornat (2017); Ribeiro (2018); Braz (2018); Passos e Casagrande' (2018)	07
Docência	Moraes (2016); Passos (2019)	02
Total		15

Fonte: Elaborado pelos autores.

Transexualidade masculina e educação básica

Nesta seção trataremos dos cinco trabalhos que discutem a educação básica, nível de ensino que tem por finalidades: desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável ao exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996).

Ferindo o princípio do direito à cidadania assegurado pelos textos legais, os trabalhos examinados evidenciam, contudo, uma série de limitações e impedimentos para a população transmasculina na escola, derivados do fato

7 O trabalho de Passos e Casagrande (2018) empreende uma discussão ampliada sobre discentes no ensino superior e nuances sobre a docência de homens transexuais. Dessa forma, optamos por situá-lo na categoria ensino superior, sendo o último a ser descrito para realizar a conexão com a categoria docência.

de não se legitimar a identidade de gênero desses sujeitos nesse ambiente, aspecto já denunciado no único estudo que trata da educação infantil. Esta é entendida como a primeira etapa da educação básica e tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança, englobando os mais diversos aspectos (psicológico, intelectual e social); constituindo-se, assim, em um espaço privilegiado para a interação e aprendizagens significativas, em que o lúdico é o foco principal (BRASIL, 1996).

Jaime Zanette (2016) contou com três sujeitos transexuais masculinos e três femininas do Rio Grande do Sul. Investigou, por intermédio da entrevista narrativa, a constituição de gênero e a vivência da sexualidade de sujeitos na educação infantil. Censuras e sanções por parte dos/as educadores/as foram relatadas pelos sujeitos nesse período da escolarização, evidenciando especial vigilância em relação à construção da masculinidade hegemônica, o que resultou em maiores evidências de regulações de gênero nas narrativas das mulheres trans.

O estudo resgata o que diversos autores/as discutem sobre a relação de cuidado e vigilância de professores/as vinculados à educação infantil (ARENHART; GUIMARÃES; SANTOS, 2018; BATISTA; ROCHA, 2018; MARTINS FILHO, 2013), ressaltando memórias de adultos/as sobre suas infâncias, em detrimento de pesquisas com crianças que vivem suas construções de gênero, como evidenciado por Mariluci Gonçalves e Franco (2019).

Dayana Santos (2010) propôs a construção de um mapa cartográfico para analisar o processo de escolarização de travestis e transexuais, discutindo formas de sexualização e generificação sociais, pautadas na efetivação da heteronormatividade, gêneros performáticos e transexualidade patologizada. Para tanto, foram entrevistadas seis mulheres transexuais e um homem transexual de Curitiba. A autora realizou também um grupo de discussão com lideranças do Movimento Social de Travestis e Transexuais da Região Sul do Brasil. A exclusão era um fator recorrente na escola, entretanto, não

foi possível afirmar uma relação causal entre abandono e exclusão escolar, já que parte dos sujeitos apontaram como motivo do abandono questões relacionadas a recursos financeiros e/ou familiares.

Pautado em fontes bibliográficas e documentais, Benjamim Neves (2016) discute as transmasculinidades na escola, entendendo-a como um espaço de laicidade e resistências. Assinala que a masculinidade não é um privilégio exclusivo de homens cis, mas uma manifestação identitária inerente também a mulheres e homens trans. Destaca a importância de um aporte histórico para o estudo da transexualidade masculina, registrando as principais pesquisas no campo, além de políticas públicas e conquistas dos movimentos sociais ao longo dos anos. A necessidade de formação de profissionais da educação aptos a problematizar e combater as diversas formas discriminatórias e de transfobia, presentes no cotidiano escolar, é a principal conclusão apontada. Nessa perspectiva, da discussão sobre a necessidade de formação de professores/as, Anderson Ferrari e Roney Castro (2013), assim como Alfrâncio Dias (2018), propõem reflexões sobre questões referentes à diversidade de gêneros e sexualidades, que seguem sendo um desafio para a promoção de uma escola mais democrática e plural.

Renata Pamplona (2017) analisou aspectos das transmasculinidades, com base em relatos autobiográficos de quatro transhomens brasileiros. Nesse estudo, de cunho qualitativo e ancorado em um viés pós-estruturalista, foram problematizados os conceitos de transexualidade e transmasculinidade. A autora analisou relatos literários de três homens trans: João W. Nery, Jô Lessa e Anderson Herzer. Além disso, examinou 21 cartas redigidas por Dom, um transhomem anônimo que relata suas experiências de vida. Por meio das cartas, Pamplona identificou nuances da infância, adolescência e fase adulta de Dom, destacando ricos detalhes sobre seu processo de escolarização, construção de identidade no mundo social, familiar e laboral. Concluiu que o processo de desconstrução da masculinidade hegemônica para os homens

trans é uma tarefa contínua e que o risco de assujeitamento e abjeção vivido por esses sujeitos é permanente, podendo conduzir à reprodução de normas do sistema heterocentrado (PAMPLONA, 2017).

Salvador (2019) problematizou como a presença de alunas/os trans na educação básica, nas cidades de Rio das Flores e Valença, no Rio de Janeiro, desencadeia processos de manutenção e/ou de ruptura do padrão da heteronormatividade. Correlacionando fontes bibliográficas e documentais, a pesquisadora utilizou-se de um questionário e promoveu o aprofundamento dos dados com entrevistas. O estudo ancorou-se nas teorias pós-críticas, fundamentando-se, sobretudo, na teoria queer e nos estudos transviad@s, em articulação com aspectos da análise do discurso, para contextualizar as experiências de sete homens e cinco mulheres transexuais.

Evidenciou-se um elevado índice de repetência, abandono e evasão escolar, principalmente no ensino médio, resultado da forma como a escola e suas/ seus agentes recebem e tratam as pessoas trans, constituindo uma série de tecnologias que buscam “adequar” corpos e formas de ser à norma cis/heterossexual. Observa-se um fato não explorado nas demais investigações, que consiste nos problemas vivenciados pelos homens trans na utilização do banheiro, acompanhado, em alguns casos, de agressão física e, também, em restrições ao uso do nome social pelos discentes (SALVADOR, 2019).

Vicente Tchalian (2017) discute as diversas formas de violência, invisibilidade e exclusão que o público transexual sofre na sociedade, as quais não diferem do que é vivenciado nos espaços escolares, principalmente no ensino superior. Na mesma direção, Anderson Ferrari, Carolina Bezerra e Roney Castro (2021) apontam as resistências das instituições de ensino superior no sentido de tornar seus ambientes mais diversos e inclusivos.

Durante a educação infantil, esse espaço não parecia, para os homens colaboradores do estudo de Tchalian (2017), um local de interação e

aprendizagens significativas como sugere a LDB. Ademais, as outras etapas da educação básica apresentam diversas formas de enquadramento da população trans às normas de masculinidade hegemônica e ao padrão heteronormativo, além de efetivarem diversas formas de exclusão e até de agressão, em casos mais graves. Outro ponto relevante apresentado é o que se refere à necessidade de capacitação de professores/as e gestores/as escolares, enfocando a diversidade sexual e de gênero, para que possam oferecer uma formação comum aos alunos/as, focada no exercício da cidadania e no combate às desigualdades.

Transexualidade masculina: da educação básica ao ensino superior

Como proposto pela LDB, é esperado que a educação básica forneça os meios necessários para que seus/suas alunos/as possam dar continuidade aos estudos em níveis posteriores. Já o ensino superior tem como objetivo o desenvolvimento científico, crítico e profissional (BRASIL, 1996). Entretanto, para alguns sujeitos, essa continuidade não se efetiva de forma tão harmônica. Roberta Polak (2016) confirma essa afirmativa, ao investigar as vivências que pessoas trans tiveram nas instituições de ensino até chegarem ao ensino superior. Nesse estudo, de cunho qualitativo, realizou-se a entrevista narrativa, acompanhada de análise sustentada nas contribuições de teóricos pós-críticos, com cinco sujeitos trans, sendo um homem trans, aluno do curso de Psicologia.

Polak (2016) aponta as dificuldades burocráticas que cerceavam a vida das mulheres e do homem trans nas instituições de ensino, como utilização do banheiro e do nome social, além de outras questões referentes à matrícula, que contradizem o discurso de escola inclusiva. Remete-nos aos demarcadores de gênero evidenciados por Franco (2014; 2019), Nery; Gaspodini (2015), Santos (2015a; 2015b), Oliveira Junior; Maio (2016) e Salvador (2019).

Dessa forma, concluímos que as vivências de homens transexuais, durante a educação básica e o ensino superior, destoam do que é pregado para esses níveis de ensino pela LDB, como o livre exercício da cidadania, o desenvolvimento crítico, científico e profissional.

Transexualidade masculina no ensino superior

Kessila Silva (2017) analisou trajetórias de um aluno e uma aluna trans na Universidade Federal de Santa Catarina, apontando as estratégias utilizadas para garantir sua permanência na universidade e os artifícios encontrados para conquistar sucesso escolar. Utilizou-se de entrevistas e ancorou-se no método biográfico, visando demarcar um momento histórico e social definido pelo sucesso escolar de duas pessoas trans na universidade. A autora destacou a necessidade de produção de conhecimento científico sobre a temática.

Fausto Scote (2017) analisou a dificuldade de acesso e permanência da população trans no ensino superior. Para tanto, realizou entrevistas com seis mulheres trans e um homem trans, ressaltando as diversas situações enfrentadas por esses sujeitos na universidade. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, sustentada pelas teorias pós-estruturalistas e queer.

O homem trans entrevistado relatou que, graças à sua participação efetiva em movimentos sociais e à conquista do direito de uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e na universidade, encontrou possibilidade de dar continuidade aos seus estudos. Não foram relatadas situações que apontassem para dificuldades de convivência do sujeito com o corpo docente. Scote (2017) concluiu que a participação na militância trans, dentro do contexto universitário, apresentou-se como fator importante para a transformação do ambiente em que habitam esses sujeitos, destacando a relevância das ações afirmativas e de políticas públicas voltadas para a população travesti e trans.

Adelaine Santos e Marcio Ornat (2017) analisaram, com base em entrevistas, as vivências de travestis e homens e mulheres transexuais no ensino superior, no sul do Brasil. O trabalho, um estudo empírico de cunho qualitativo, fundamentado nas teorias pós-críticas, não foca exclusivamente nos homens trans. Os autores informam que foram realizadas entrevistas com esse público, mas fazem uma discussão mais ampla sobre a transgeneridade. Concluem que são múltiplas as vivências e os conflitos enfrentados pelas pessoas transexuais e travestis no ensino superior, apontando, como ferramenta primordial com vistas a evitar discriminações e constrangimentos em tais ambientes, o reconhecimento do nome social desses sujeitos.

Crishna Correa e Miriam Grossi (2017) discutiram as vivências de transexuais masculinos e femininas na graduação e na pós-graduação na Universidade Federal do Paraná e na Universidade Estadual de Maringá, problematizando o uso do nome social nessas instituições públicas, fundamentado nas normas federais que regulamentam e garantem esse direito às pessoas trans. Concluíram que os discursos institucionais normativos de gênero produzem uma série de resistências que precisam ser enfrentadas por esses sujeitos.

Numa perspectiva etnográfica, Daniel Ribeiro (2018) articulou narrativas biográficas de três transhomens da cidade de Juiz de Fora, destacando os contextos da vida profissional, afetiva, familiar e escolar. Detalhou situações como emprego, vida universitária, vida amorosa e relação familiar dos pesquisados. Com ênfase em um dos sujeitos, apontou que a universidade criou uma série de empecilhos para a afirmação de sua identidade, destacando que isso se deu por ele ter sido o primeiro homem trans a buscar a utilização do nome social, além de outras questões referentes à sua identidade masculina.

Com base em narrativas de homens trans, Camilo Braz (2018) interpretou as experiências, expectativas e anseios em relação à busca do reconhecimento de suas identidades de gênero e de seus nomes, em múltiplas esferas sociais, em especial, na universidade. O estudo se baseia em revisão bibliográfica e

levantamentos documentais relacionados ao tema. Diferentemente dos outros trabalhos citados, este partiu de um marco histórico: a posição do Supremo Tribunal Federal (STF) favorável à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 425, regulamentando a possibilidade de alteração de nome e gênero no registro civil, mesmo sem a realização de qualquer procedimento cirúrgico e sem a necessidade de laudos psiquiátricos ou psicológicos.

Giseli dos Passos e Lindamir Casagrande (2018) problematizaram, por meio de uma revisão baseada na arqueologia do saber proposta por Foucault, como se deu a produção dos corpos de homens trans no Brasil e a aprovação das diretrizes que permitem sua inserção no processo transexualizador do SUS, ao longo dos anos, além de apresentar as dificuldades enfrentadas por esses “seres abjetos” para se inserirem nas universidades como alunos ou docentes. Apontam que os estudos acerca dos corpos trans masculinos necessitam de um exercício de reflexão sobre ciência, tecnologia e sociedade (CTS), para entendermos o gênero como um fator interseccional e linguístico no meio educacional, permeado de normas regulatórias, por meio de diversos processos que produzem efeitos e nomeiam os sujeitos.

Com base nos dados apresentados, percebemos que os conflitos e embates se tornam frequentes nas vivências desses sujeitos nas instituições de ensino superior. As proposições da LDB para esses ambientes se tornam frágeis instrumentos na formação global dos sujeitos, uma vez que uma série de trâmites legais e burocráticos precisam ser enfrentados nessas instituições para garantia de seus direitos básicos, como utilização de nome social e do banheiro. Também evidenciamos que os sujeitos que se envolvem em movimentos sociais apresentam mais artifícios para lutar a favor de seus direitos nas instituições de ensino, como discutido por Scote (2017).

Transexualidade masculina e docência

O exercício da docência se faz por meio de práticas voltadas para a humanização do corpo discente, nas quais o/a docente, com um olhar crítico

e atento, elabora seu próprio modo de ser, elegendo aquilo que considera adequado e adaptando-se aos contextos (formais ou não formais), nos quais se defronta com as necessidades e desafios que o ensino como prática social coloca. Para isso, lança mão de sua bagagem e dos saberes adquiridos, diante das diversas situações em que o ensino ocorre (LIMA; PIMENTA, 2006; PIMENTA, 1996).

Relacionando essa dimensão pedagógica aos estudos que envolvem a população de homens trans, dois estudos enfocam o tema. O primeiro discute a percepção de docentes que tiveram em suas salas alunos/as trans; o segundo aborda trajetórias de inserção na carreira docente desses sujeitos.

Ancorado nos aportes pós-críticos e na teoria queer, Cristiano de Moraes (2016) utilizou-se da história oral para contextualizar narrativas de docentes que lecionaram para homens e mulheres trans na rede municipal de Itaboraí (RJ), enfatizando as relações estabelecidas com esses sujeitos. Constatou que atravessamentos pessoais afetam esses docentes, em suas práticas pedagógicas dentro e fora das salas de aula, aspecto que pode ser amenizado e refletido por meio de formação continuada específica com foco nessas questões. O autor enfatizou que a escola, via Secretaria Municipal de Educação, assumiu o compromisso de resguardar os direitos dos/as discentes trans, garantindo sua inserção e permanência nas instituições de ensino, com base na proposição de medidas como o respeito ao reconhecimento do direito ao uso do nome social e à utilização do banheiro.

Giseli dos Passos (2019) investigou o trajeto de inserção e permanência de homens trans na docência. A entrevista on-line com sete transhomens, docentes de diversas cidades do país, foi utilizada para a construção dos dados, os quais foram problematizados por meio de análise de conteúdo. Múltiplas formas e expressões de violência foram vivenciadas por esses sujeitos na atuação profissional, o que não difere dos obstáculos enfrentados por discentes trans, no que se refere ao reconhecimento do nome social, ao uso do banheiro e a aspectos referentes aos processos de construção do gênero.

Os dados descritos e discutidos realçam a insuficiente produção de trabalhos que englobem a trajetória educativa de homens trans na educação básica, como apontam Franco (2014) e Salvador (2019). As vivências de homens trans no ensino superior e na pós-graduação são marcadas principalmente pela dificuldade da utilização do nome social, como também pelo não reconhecimento desses corpos em tais ambientes.

Outro ponto que merece destaque é a questão do nome social e da utilização do banheiro, que ainda se apresentam como problemas que afetam as vidas dos sujeitos trans na escola. Essa questão foi discutida por Santos (2015), Oliveira Junior e Maio (2016), ao apontarem fatores que se inter-relacionam e geram tensão entre os sujeitos envolvidos no ato de educar e o corpo discente. Os autores ressaltaram que, por um lado, os/as alunos/as precisam se impor lembrando as prerrogativas da lei para terem garantido seu direito de afirmação da sua identidade de gênero pela utilização do nome social escolhido e pelo uso do banheiro, enquanto, por outro lado, os/as atores/as educacionais buscam criar estratégias de biocontrole desses corpos nos contextos educacionais.

Destaca-se, também, a possível fragilidade na formação docente no que diz respeito a essas questões. Roney Castro (2014) assinala que os padrões heteronormativos naturalizados e enraizados por estudantes dos cursos de licenciatura podem ser problematizados e desconstruídos durante sua formação inicial, quando o tema é foco de discussão e reflexão, porém, isso não garante uma efetiva modificação das ações docentes em seu exercício profissional. Assim, não existe uma formação completa que possibilite dar respostas seguras e soluções para todas as dificuldades que esses docentes venham a enfrentar. O exercício reflexivo e atento do docente, aliado à sua prática, poderia oferecer subsídios para enfrentar tais desafios, como apontam Pimenta e Lima (2006).

Encontram-se, ainda, nas pesquisas sobre transexualidade masculina dois vieses distintos: um focado nas ciências psi e outro na Antropologia. O

trabalho de Gustavo Winck (2006) inaugurou o campo das ciências psi, que fundamentou os ditames do tratamento da transexualidade. Em uma linha diferente e também inédita, Ávila e Grossi (2010) buscam compreender a experiência das transmasculinidades e os processos subjetivos por meio de um olhar antropológico.

O material descrito e analisado aponta que a relação entre a educação básica e a transexualidade masculina é um campo pouco estudado, ainda que haja trabalhos em todas as etapas desse ensino. O mesmo pode ser afirmado em relação ao processo de formação docente vivenciado por esses sujeitos. Por outro lado, o ensino superior apresentou o maior quantitativo de publicações, levantando indícios de que homens trans parecem evidenciar, com maior potência nesse nível de ensino, suas demandas de reconhecimento de identidade de gênero.

Outro fator problemático evidenciado é o que se refere à evasão na educação básica, como apontam os estudos de Santos (2015), Scote (2017) e Salvador (2019). Dessa forma, inferimos que esses dados podem ser confirmados pela pesquisa IBGE/PNAD (2019), segundo a qual os sujeitos masculinos estão mais propensos ao abandono e/ou à evasão escolar ou, no caso de homens trans, até à expulsão desses ambientes heteronormativos. Alguns trabalhos analisados trouxeram experiências de homens trans articuladas a pesquisas com travestis e transexuais femininas, que correspondem à totalidade das publicações, quando se discutem as transgeneridades no contexto escolar.

Os dados do IBGE/PNAD (2019) evidenciam que as mulheres respondem por uma evasão menor que os homens: cerca de 41,9% de mulheres para 58,1% de homens. Deduzimos que esses dados podem resultar do fato de a escola ter se configurado historicamente em um espaço almejado por mulheres, como possibilidade de ascensão social e de melhores condições profissionais.

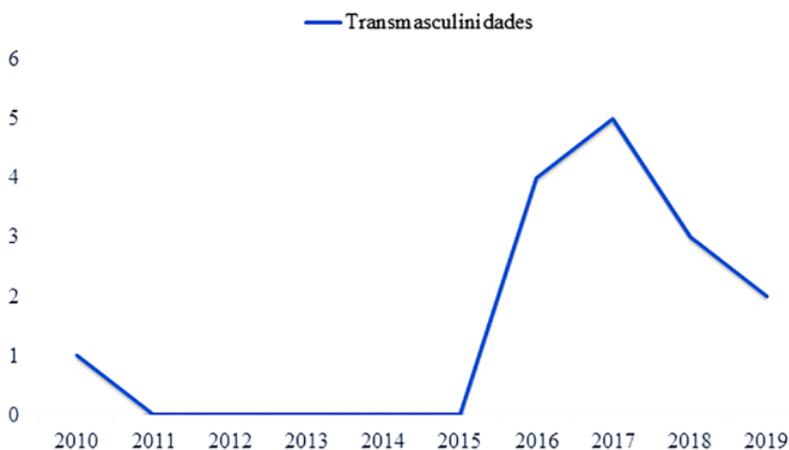
Essas informações, reforçadas quando se compara aos níveis de escolarização de homens e mulheres, conforme apresentado nos dados do IBGE/PNAD

(2019), oferecem indícios da baixa presença de homens trans no contexto educativo, em comparação com mulheres trans e travestis. Considerando o papel masculino assumido por homens trans socialmente, parece haver uma forte apropriação por esses sujeitos de atitudes direcionadas à busca pelo espaço público desde muito jovens, ocasionando um abandono escolar.

Rosemeire Brito (2006) aponta a necessidade de se analisar esse fenômeno, considerando outras variáveis, que ampliam o espectro da exclusão escolar no universo masculino, quais sejam: classe, raça, gênero, sexualidade, deficiência e etnia. Nesse contexto, ressalta-se a evasão e o insucesso de grupos LGBT como resultado de uma série de dificuldades impostas a esses grupos no ambiente escolar, principalmente aos sujeitos transexuais, que, muitas vezes, têm negados seus nomes sociais, a utilização do banheiro correspondente à sua identidade de gênero e até a participação nas aulas de Educação Física, como apontam os estudos de Franco (2014; 2016; 2019), Santos (2015), Santana (2017), Silva Junior, Aguiar e Maia (2019).

O gráfico 1 reúne as produções encontradas e distribuídas de acordo com o ano de sua publicação.

Gráfico 1 – Produções sobre transmasculinidades e educação.



Fonte: elaborado pelos autores.

Observamos que a produção inicial acerca das transmasculinidades na educação foi inaugurada com a dissertação de Santos (2010), coincidindo com um breve desenrolar de ações como a criação do Núcleo de Apoio a Homens Trans (NAHT), em 2011; da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), em 2012; e do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), em 2013, conforme discutido por Almeida (2012), Ávila (2014) e ABHT (2020). Entre os anos de 2011 e 2015, nota-se uma estagnação, com ausência de publicações, para, em seguida, se observar picos mais representativos de publicações, entre 2016 e 2017, que decrescem entre 2018 e 2019.

Considerando que o estudo de Santos (2010) elege um homem trans como sujeito de pesquisa, junto a outras vivências da feminilidade, percebemos como marco mais evidente da visibilidade da relação transexualidade masculina e educação o ano de 2016. Esse marco se situa quase dez anos após essa temática ter sido exaltada no movimento do transfeminino, mais especificamente com o estudo de Bento (2008), ao problematizar os critérios de normalidade e anormalidade estabelecidos pelas instituições sociais, ao lidarem com as demandas de travestis e transexuais femininas.

O Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE, 2019) anuncia um aumento no número de professores e estudantes inseridos na área educacional, certamente como reflexo da implementação de políticas públicas que parecem amenizar a expulsão desses sujeitos da escola ou das universidades. Assim, como constatado por Franco (2014) e confirmado pelo levantamento descrito e discutido neste artigo, as demandas educacionais de homens trans brasileiros aparecem na literatura de forma menos evidente, comparadas àquelas de mulheres travestis e transexuais, colocando em suspensão os dados apresentados pelo IBTE (2019) sobre o maior crescimento de professores e alunos homens trans em contextos educacionais.

Por fim, destacamos que, das 15 pesquisas analisadas, duas são de cunho bibliográfico e 13 empíricas, todas ancoradas no campo das teorias pós-críticas,

o que pode ser compreendido levando em conta o fato de esse campo teórico discutir com profundidade as questões relacionadas à identidade, linguagem e subjetividades. Do material levantado, oito pesquisas foram realizadas na região Sul, seis na região Sudeste e uma na região Centro-Oeste, não tendo sido localizados dados acerca de pesquisas referentes às regiões Norte e Nordeste do país, onde inferimos que a temática se constitua em um campo aberto para pesquisas.

Considerações finais

Percebemos um movimento incipiente de registro e análise de experiências transmasculinas, seja na docência, seja de discentes da educação básica e do ensino superior. Encontramos trabalhos que narraram, com base em memórias da infância de homens trans, suas vivências na escola e a problematização, na fase adulta, das questões de gênero e sexualidade na docência e na formação docente, ainda que em escala reduzida, quando comparados a experiências das transexuais femininas e travestis.

Outro fator que precisa ser observado é que a maioria dos trabalhos pesquisados, apesar de evidenciarem vivências escolares de homens trans como sujeitos de pesquisa, apresentam poucas narrativas das suas vivências de ensino e aprendizagem ou mesmo registros em que eles ocupem o lugar de autores das suas experiências e vivências educativas.

Deixamos indagações neste trabalho que poderão impulsionar e inspirar novas pesquisas, que venham a abranger temáticas não exploradas, como as experiências de homens trans negros em contexto escolar, homens trans na infância e adolescência, homens trans na educação infantil e professores homens trans. Campos esses que contam com poucas pesquisas e se encontram abertos a investigações da emergente transexualidade masculina no contexto escolar, carecendo, portanto, de maiores investimentos.

Dessa forma, este estudo foi importante no sentido de mapear as discussões a respeito da transexualidade masculina e proporcionar um panorama geral sobre as discussões, desde o contexto da educação básica ao ensino superior, como discentes ou docentes nesses espaços educativos.

Referências

ALMEIDA, Guilherme. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista de Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/wkVwfpf58vHyvr35KTZyvtr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ARENHART, Deise; GUIMARÃES, Daniela; SANTOS, Nubia. Docência na Creche: o cuidado na educação das crianças de zero a três anos. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1677-1691, out./dez., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/mXCmBB6z57SDGvTjzrKDsrC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HOMENS TRANS-ABHT. Disponível em: <http://homenstrans.blogspot.com/>. Acesso em: 13 mai. 2020.

AVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina. In: FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADE, DESLOCAMENTOS, 9., 2010. *Anais [...]* Florianópolis, 2010, p. 1-10. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278255349_ARQUIVO_Maria,MariaJoao,Joao040721010.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.

BATISTA, Rosa; ROCHA, Eloisa Candal. Docência na educação infantil: origens de uma constituição profissional feminina. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 20, n. 37, p. 95-111, jan. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2018v20n37p95/36714>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. 3. ed. Salvador: Editora Devires. 2017a.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. *Revista Florestan*, São Carlos, ano 1, n. 2, p. 46-66, 2014. Disponível em: <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64>. Acesso em: 17 jul. 2019.

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017b.

BRASIL. Lei n. 9394/96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física*. Brasília: MEC; SEF, 1997.

BRAZ, Camilo. Eu já tenho nome: Itinerários de homens trans em busca de respeito. *Revista Habitus*, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 162-176, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/6367/3609>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRITO, Rosemeire dos Santos. Intrincada trama de masculinidades e feminilidades: fracasso escolar e meninos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 129-149, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/vh9gqNYCTvSPdMNbDqGryxs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2021.

CAETANO, Márcio Rodrigo Vale. *Gênero e sexualidade: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CASTEL, Pierri-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/RrL6gCWPxj6tfQmdrNDLTnB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2022.

CASTRO, Roney Polato. Formação docente para as relações de gênero e sexualidades: problematizando a heteronormatividade no Ensino Superior. *Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12881>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CORREA, Crishna Mirella de Andrade; GROSSI, Miriam Pillar. Travestilidades e transexualidades em discurso: processos de subjetivação e resistências nos contextos de uso do nome social em universidades públicas do Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., Florianópolis. *Anais* [...] Florianópolis: UFSC, 2017, p. 1-12. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499473865_ARQUIVO_completoFazendoGenero2017.pdf. Acesso em: 11 jun. 2020.

DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. *Planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-42.

DIAS, Alfrâncio Ferreira. Formative and professional narratives of a transsexual teacher. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 255-271, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602018000400255&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 fev. 2021.

FERRARI, Anderson; BEZERRA, Carolina dos Santos; CASTRO, Roney Polato. Tensões e enfrentamentos na campanha 'libera meu xixi' e a presença de pessoas trans na universidade. *Diversidade e Educação*, Rio Grande, v. 8, n. 2, p. 21-45, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12049>. Acesso em: 18 jan. 2021.

FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato. Quem está preparado pra isso?... Reflexões sobre a formação docente para as homossexualidades. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 295-317, 2013. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/4020/3483>. Acesso em: 14 abr. 2019.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2019.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FRANCO, Neil. *Entre as fronteiras do gênero e das sexualidades: professoras travestis, transexuais e transgêneros brasileiras*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019.

FRANCO, Neil. *Professoras trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça A. Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 23, n. 2, mai./ago. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/5349>. Acesso em: 05 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. *Educação 2019*. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.

LEITE JUNIOR, Jorge. “*Nossos corpos também mudam*”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência: diferentes concepções. *Poiesis Pedagógica*, Catalão, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 21 abr. 2021

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARTINS FILHO, Altino José. *Minúcias da vida cotidiana no fazer-fazendo da docência na educação infantil*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-29.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍZO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação ou sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍZO, Marlucy Alves (Orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 15-21.

MORAES, Cristiano da Silva Brasil de. *Transsexual, transversal, transgressão: o que dizem docentes sobre pessoas trans na escola*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NERY, João Walter; GASPODINI, Icaro Bonamigo. Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento. In: SOUZA, Rolf Malungo de. *Coletânea Diversas Diversidades*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015. p. 61-80. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304705237_Transgeneridade_na_escola_estrategias_de_enfrentamento. Acesso em: 29 nov. 2020.

NEVES, Benjamim Braga de Almeida. Transmasculinidades no ambiente escolar: laicidade e resistências. In: RODRIGUES, Alexsandro; MONZELI, Gustavo; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (Orgs.). *A política no corpo: gêneros e sexualidade em disputa*. Vitória: EDUFES, 2016. p. 161-178. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/5579/1/A%20pol%C3%ADtica%20no%20Corpo_Vers%C3%A3o%20digital.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaiás Batista de; MAIO, Eliane Rose. Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 25, n. 45, p. 159-172, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/2292/1598> Acesso em: 01 dez. 2020.

PAMPLONA, Renata Silva. *Pedagogias de gênero em narrativas sobre transmasculinidades*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

PASSOS, Gisele Cristina. *Homens (Trans): transmasculinidades na educação*. 2019. Dissertação. (Mestrado em Tecnologia e Trabalho) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

PASSOS, Gisele Cristina; CASAGRANDE, Lindamir Saete. Homens (trans): da invisibilidade às transmasculinidades na educação. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, v. 11, n. 37, p. 60-72, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/download/8634/5354>. Acesso em: 29 nov. 2020.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de Aids*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 72-89, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33579/36317>. Acesso em: 21 abr. 2021.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. *Textos Didáticos*, Campinas, n. 48, p. 7-42, 2002.

POLAK, Roberta. *“Notas” de uma vida: vivências trans* em instituições de ensino*. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário) – Unicentro, Curitiba, 2016.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: LIMA, Cláudia; SCHMIT, Simone (Orgs.). *Poéticas políticas feministas*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2004. p. 31-41.

RIBEIRO, Daniel Oliveira Medeiros. *Negociando com as normas: transexualidade masculinas, reconhecimento e agência*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

SALVADOR, Nayara Rios Cunha. *Pessoas trans na educação básica no sul do estado do Rio de Janeiro*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

SANTANA, Bruno Silva. Educação Física e transgeneridade: novos olhares e perspectivas sobre diversidades corporais e identidades de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENTRELAÇANDO SEXUALIDADES, 5., 2017, Salvador. *Anais [...]* Salvador: UFBA, 2017, p. 1-10. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30534> Acesso em: 20 nov. 2020.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; ORNAT, Marcio José. Vivências de travestis e pessoas trans em espaços educacionais de nível superior no sul do Brasil e a constituição de suas múltiplas espacialidades. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO & WOMEN'S WORLDS, 11. e 13., 2017, Florianópolis. *Anais [...]* Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498835483_ARQUIVO_Adelaine_Marcio_MM_FG.pdf. Acesso em: 04 jun. 2019.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 630-651, jul./set. 2015a. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v45n157/1980-5314-cp-45-157-00630.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. *Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. Corpos e subjetividades trans* na escola e nos movimentos sociais: a reinvenção das tentativas de captura por meio das normativas oficiais. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015b, Florianópolis. *Anais [...]* Florianópolis: UFSC, 2015b, p. 1-17. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt23-4128.pdf> Acesso em: 20 nov. 2020.

SCOTE, Fausto Delphino. *Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior*.

2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

SILVA, Kessila Maria da. *Discursos que importam: um olhar sobre as trajetórias escolares de pessoas trans na UFSC*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

TCHALAIN, Vicente. Transmasculinidades: invisibilidade, escassez de informações e apagamento histórico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO & WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 11. e 13., 2017, Florianópolis. *Anais [...]* Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498416889_ARQUIVO_ArtigoCompletoVicenteTchalianFG2017.pdf. Acesso em: 03 jan. 2021.

ZANETTE, Jaime Eduardo. *Dos enigmas da infância: transexualidade e tensionamentos dos scripts de gênero*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Infantil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

WINCK, Gustavo Espindola. Percepções sobre família e rede de apoio social na transexualidade masculina. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7., 2006. *Anais [...]*. Florianópolis, 2006, p. 1-7. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/G/Gustavo_Espindola_Winck_16.pdf. Acesso em: 02 ago. 2020.

Recebido em: 18 de junho de 2021
Aprovado em: 26 de dezembro de 2021